

Desdobramentos da definição atribuída à designação “sintagma”

(Deployments of the definition assigned to “syntagm” designation)

Maria Iraci Sousa Costa¹

¹Laboratório Corpus (Laboratório de Fontes de Estudo da Linguagem) –
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) / Bolsista Capes

iraciscosta@yahoo.com.br

Abstract: This work presents a study about the definition assigned to “syntagm” designation, aiming to question the evidence effect produced by the subject as he defines. Our proposal is to develop an analysis of different definitions assigned to “syntagm” designation to comprehend, from mechanisms of recapture and redefinition, how it is established the discursive operation which allows the sliding from a formulation to another, investigating the interpretation gestures that are composing the senses.

Keywords: definition; designation; syntagm.

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo acerca da definição atribuída à designação “sintagma” com o objetivo de questionar o efeito de evidência produzido pelo sujeito ao definir. Nossa proposta é desenvolver uma análise de diferentes definições atribuídas à designação “sintagma” para compreender, a partir dos mecanismos de retomadas e redefinições, como se estabelece o funcionamento discursivo que permite o deslizamento de uma formulação a outra, investigando os gestos de interpretação que estão constituindo os sentidos.

Palavras-chave: definição; designação; sintagma.

Considerações iniciais¹

O presente trabalho apresenta algumas reflexões desenvolvidas em nosso trabalho de dissertação de Mestrado² em que nos dedicamos a um estudo sobre a definição na gramática, partindo do questionamento do efeito de transparência produzido pela definição, cuja aparência semanticamente estável produz um efeito de indiferença do gesto interpretativo do sujeito em relação à definição. Em tal estudo, partimos especificamente da definição atribuída à designação “sintagma” na *Moderna Gramática Brasileira* (1976), de Celso Pedro Luft, traçando um percurso, a partir dos elementos linguísticos de retomada e reformulação, que remeteu a outros domínios de saber para além dos limites da gramática. Essa designação, que remonta aos estudos saussurianos, deslocou-se entre diferentes domínios de saber dedicados também ao estudo sobre a linguagem, como, por exemplo, os estudos de Noam Chomsky acerca da Gramática Universal, e também os estudos antropológicos de Lévi-Strauss. Desse modo, procuramos compreender como a definição atribuída à designação “sintagma” se constitui na gramática, isto é, como uma designação

1 Adotamos, nesta publicação, a nova ortografia, respeitando, contudo, as grafias originais em citações e títulos de obras que precedem o Acordo Ortográfico [de 1991], vigente desde 2009, bem como preservamos a ortografia original nos recortes submetidos à análise.

2 Dissertação intitulada *A definição atribuída à designação “sintagma”: deslocamento e efeitos de sentido*, defendida em fevereiro de 2012, sob orientação da professora Dr. Amanda Eloina Scherer (PPGL/UFSM).

errante que se desloca em diferentes domínios de saber pode ter o seu sentido apreendido em uma definição, projetando um efeito de transparência como se “sintagma” só pudesse ser aquilo que o sujeito quer que seja.

Nesse sentido, para este trabalho, interessa-nos compreender como se constitui o gesto interpretativo do sujeito ao definir na gramática, tendo em vista o efeito de transparência produzido pela definição e também a pretensão do sujeito em dissimular seu gesto interpretativo. Considerando que se trata de uma designação que se inscreve em diferentes domínios de saber, o *corpus* da nossa pesquisa se constitui por quatro definições atribuídas à designação “sintagma” inscritas em obras diferentes que se articulam entre si por meio de retomadas e reformulação parafrástica e remontam à formulação-origem (COURTINE, 2009) saussuriana. Trata-se das definições atribuídas à designação “sintagma” nas obras: *Moderna Gramática Brasileira* (LUFT, 1976), *Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa* (LUFT, 1967), *Dicionário de Filologia e Gramática* (1964) e *Cours de Linguistique Générale* (SAUSSURE, 1997 [1916]).

Ao considerar tais recortes discursivos, estamos partindo do pressuposto de que as palavras significam pela sua relação com as outras palavras e que todo dizer se inscreve em uma rede parafrástica que constitui o processo discursivo. A partir da reconstituição dessa rede parafrástica, procuramos mostrar como os sentidos se constituem na história, isto é, mostrar a historicidade do processo discursivo para compreender os gestos interpretativos que determinam a produção dos sentidos. Além disso, é preciso considerar que não temos a pretensão de tomar a definição de “sintagma” proposta por Saussure como um enunciado original e descontínuo, mas enquanto um enunciado que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações. Da perspectiva em que nosso trabalho está inscrito, “quando falamos de origem, não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de um processo que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo” (AUROUX, 1992, p. 21).

A nossa questão de pesquisa tem como pano de fundo a articulação entre o saber do gramático e do linguista que se acentua principalmente na segunda metade do século XX no Brasil, de maneira que os estudos gramaticais são marcados, sobretudo, pela influência dos estudos linguísticos na produção do saber gramatical. Tal influência repousa sobre o impacto dos estudos saussurianos que se estende as demais ciências humanas que almejam atingir também esse *status* de cientificidade a partir dos parâmetros da Linguística (PAVEL, 1990).

Filiado a uma perspectiva discursiva e também à História das Ideias Linguísticas, nosso trabalho está voltado para o questionamento da transparência da definição e a pretensão do sujeito de fazer sua formulação parecer indiferente ao seu gesto interpretativo e à história, pois temos como pressuposto que a linguagem não é transparente, que todo dizer é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro e que não há saber descontínuo e indiferente à história. Desse modo, tendo em vista que o trabalho do analista de discurso não é revelar o que está oculto, mas explicitar os mecanismos pelos quais os sentidos se constituem e se naturalizam, no presente trabalho nos dedicaremos a explicitar os mecanismos de funcionamento do discurso para compreender a produção dos sentidos. Desenvolveremos uma análise acerca do processo de retomada/reformulação/(re)definição da designação “sintagma” para compreender como se dá o funcionamento discursivo e o deslizamento de uma formulação a outra, investigando os gestos de interpretação que estão constituindo os sentidos.

Algumas considerações teóricas

A partir da perspectiva da qual nos filiamos, entendemos que a linguagem não é transparente, nem as palavras têm um sentido que lhes seja próprio, pois uma mesma palavra, expressão, proposição pode mudar de sentido de acordo com as posições daqueles que a empregam; da mesma forma, palavras, expressões, proposições diferentes podem ter o “mesmo sentido” no interior de uma dada formação discursiva. Partindo desse pressuposto, Pêcheux (2009 [1988]) distingue *base* (linguística) e *processo* (discursivo-ideológico), na medida em que a língua se apresenta como base comum (pré-requisito) para processos discursivos diferenciados. *Processo discursivo* deve ser entendido como “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2009 [1988]), p. 148). Tal definição pressupõe que todo dizer está inscrito em uma rede parafrástica que torna a reformulação sempre possível. Se os sentidos não são transparentes e não exercem uma relação necessária com as palavras, isso não significa que a relação se dê aleatoriamente num caos absoluto, realizando-se ao acaso. O sentido das palavras, expressões, proposições constituem-se na *formação discursiva* onde estão inscritas, isto é, a formação discursiva é lugar de constituição do sentido e, inclusive, controla o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 2009 [1988]).

O sujeito, uma vez identificado com um dado discurso, inscreve seu dizer em uma rede parafrástica, retomando sentidos já existentes que sustentam e que fazem significar a sua formulação. O já-dito, rede de formulações pré-existentes que constitui o interdiscurso, é dissimulado e linearizado no movimento de (re)formulação pela ilusão de que o sujeito tem autonomia sobre seu dizer. São os esquecimentos (necessários) que permitem que o sujeito acredite ter autonomia sob seu dizer, dissimulando o assujeitamento. Nessa medida, a autonomia do sujeito é apenas um efeito, uma vez que todo dizer repousa sobre o repetível, fazendo com que o discurso seja, ao mesmo tempo, constituído pela memória e pelo esquecimento. O sujeito não reconhece que seu dizer se inscreve num contínuo ciclo de repetibilidade e esquecimento que se estabelece sob a forma de uma extensa rede de formulações que constitui o interdiscurso, o qual, por sua vez, determina a formação discursiva. Esse discurso-vulgata que constitui o interdiscurso ressoa na formulação do sujeito como algo estranhamente familiar e desdobra-se em paráfrase. O discurso outro que vem atravessar a formulação do sujeito se inscreve na ordem do intradiscurso sob a forma do *efeito de encadeamento do pré-construído* e o *efeito de articulação*, que “são, na realidade, determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 149). Segundo Pêcheux,

[...] o ‘pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-ai’ da determinação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’), ao passo que a ‘articulação’ constitui o sujeito na sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*. (2009 [1988], p. 151) [grifos do autor]

Considerando que em uma mesma formação discursiva (FD) inscrevem-se diferentes formulações que fazem ressoar sentidos outros, a possibilidade de substituição de elementos (palavras, expressões, proposições), que caracteriza o processo discursivo, pode assumir duas formas: a da *equivalência* e a da *implicação*. A equivalência permite que dois elementos sejam passíveis de substituição com a condição de apresentarem o

“mesmo sentido” em uma dada formação discursiva. A implicação, por seu lado, permite apenas a possibilidade de uma substituição orientada, isto é, se consideramos A e B como dois elementos passíveis de substituição, a substituição de A por B não é simétrica à substituição de B por A, e sim pressupõe antes um *encadeamento entre os dois elementos substituíveis que vem a se atravessar perpendicularmente na formulação do sujeito*. A esse encadeamento que se atravessa e é linearizado na formulação do sujeito Pêcheux (Ibid.) designou *discurso transverso*. Afetado pelos esquecimentos, o sujeito tende a absorver os elementos do interdiscurso no intradiscurso (fio do discurso do sujeito), ao apropriar-se de já-ditos que determinam a sua formulação, fazendo com que o mesmo tome a forma do diferente por meio de reformulações parafrásticas ou por metonímia. Os elementos do interdiscurso que constituem os traços daquilo que determina o dizer do sujeito podem ser confundidos a tal ponto que deixa de existir a demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que é dito, na medida em que, pelo fenômeno de paráfrase e o reformulação, os sujeitos dominados por uma dada formação discursiva se reconhecem entre si como espelho uns dos outros.

Courtine (1999, p. 19) questiona, mais especificamente, quais são “as modalidades de constituição, no interdiscurso, de séries de formulações: como um espaço de repetição inscreve-se num conjunto desnivelado de discurso?”. Segundo o autor, para formular uma possível resposta a essa questão é necessário que se leve em conta todas as formas de discurso relatado, que são, segundo o autor, os espaços em que se materializam linguisticamente as remissões a outros discursos, sobretudo, citações ao texto primeiro portadores das formulações-origem. Uma vez inscritas no discurso, as formulações-origem derivam em seu trajeto transformando-se, misturando memória e esquecimento. À medida que elas são retomadas, as marcas sintáticas do discurso relatado vão sendo apagadas, garantindo a eficácia do assujeitamento, assim como a ilusão do sujeito de autonomia sobre seu dizer. Além da citação, as marcas linguísticas revelam também a formação do pré-construído, isto é, a retomada de uma formulação já dita que vem a se encaixar em uma formulação posterior sob uma forma nominalizada, servindo de base para a constituição de uma série de formulações. Segundo Courtine (1999), a citação, a recitação, a formação do pré-construído são modalidades em que o já dito se apresenta na formulação do sujeito, pois, segundo o autor, “é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial no domínio da memória como espaço de recorrência das formulações” (p. 20).

Existe, no entanto, a possibilidade de algo romper com a ordem da repetibilidade, instaurando no processo discursivo uma nova forma de repetição a partir de uma formulação que não está na ordem do já dito. Segundo Courtine (1999, p. 21), essa segunda modalidade de repetição é:

[...] uma repetição vertical, que não é aquela da série de formulações que formam enunciado, mas o que se repete a partir disso, um não-sabido, um não-reconhecido, deslocado, deslocando-se no enunciado: uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona ai sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem da *memória lacunar ou com falhas*. [grifos do autor]

O enunciado não encontra eco em uma formulação anterior, e assim, ele próprio é que passa a constituir um já dito, inscrevendo-se no interdiscurso. Memória e esque-

cimento constituem o discurso simultaneamente, de forma que o contínuo ciclo de repetibilidade discursiva está sempre sujeito à falha e que a memória logo trata de disfarçar essa lacuna inscrevendo o enunciado na ordem do interdiscurso, simulando um efeito de continuidade. Nessa medida, o discurso não é *do* sujeito; trata-se, pois, de um processo de identificação, isto é, o sujeito se identifica com um dado discurso e retoma sentidos já existentes, inscrevendo seu dizer em uma rede parafrástica. É por este viés que Courtine (1999) afirma que não há sujeito no interdiscurso, a não ser para designar um lugar propriamente inominável, fazendo ressoar apenas uma voz sem nome. Mesmo que as palavras não sejam do sujeito, ele assume a responsabilidade para si ao fazer das palavras do outro as suas palavras.

Para que o dizer signifique, é preciso que ressoe no domínio da memória. A estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência (que garante o funcionamento da memória discursiva e também da produção de sentido) é passível de se tornar lacunar, pois a memória discursiva está sujeita a falhas. No movimento de formulação e reformulação é possível que um dado enunciado saia da ordem do repetível, escapando à série de relações parafrásticas. Então, a partir dessa formulação, instaura-se no processo discursivo uma nova forma de repetição que tende a dissimular a descontinuidade, principalmente pelo apagamento do nome próprio daquele que primeiro enunciou, fazendo ecoar no discurso apenas uma *voz sem nome* (COURTINE, 1999).

É possível que o diferente tome a forma do mesmo em uma dada formação discursiva. Partindo do pressuposto de que as fronteiras que separam uma formação discursiva e outra são porosas e lacunares, consideramos a possibilidade de deslocamentos de enunciados entre diferentes domínios de saber, que antes de desdobrarem-se em paráfrase em cada domínio, abrem-se para o jogo da metáfora. Considerando a instabilidade das fronteiras que delimitam uma FD de outra e a própria heterogeneidade que as constituem, a relação entre FDs se estabelece de forma dissimétrica, o que implica dizer que uma não é o avesso da outra. Além disso, o discurso não é “do sujeito” para que ele mantenha as suas palavras circunscritas unicamente a uma dada FD. Uma FD pode comportar elementos próprios de outras FDs por retomada e reformulação conforme a tomada de posição do sujeito em relação à FD que o domina. As palavras ganham outros sentidos ao serem deslocadas de uma FD a outra, uma vez que as palavras não têm um sentido que lhe seja próprio.

Dessa forma, uma mesma designação pode ser retomada em diferentes FDs com definições específicas, que asseguram sua identidade como própria de um domínio de saber e não de outro. A designação “sintagma”, por exemplo, que junto à proposta de modernização intelectual baseada no modelo de ciência da Linguística (PAVEL, 1990) passa a fazer parte de diferentes domínios de saber, passando pela própria Linguística, com Saussure; pela Antropologia, com Lévi-Strauss; e também é retomada na proposta chomskyana de Gramática Sintagmática, um dos modelos de descrição linguística. A designação “sintagma” se propagou de tal forma em diferentes domínios de saber que parece ter ganhado um sentido comum, como se ao ser enunciada todos soubessem do que se trata. Nesse sentido, questionamos como a definição atribuída à designação “sintagma”, ao ser sucessivamente retomada, vai ganhando contornos específicos e produzindo efeitos de sentido diferentes sob a aparência do mesmo? Além disso, o que faz com que uma dada definição se torne uma formulação singular que historiciza e passe a fazer parte do interdiscurso ao ser referida como ponto de origem do processo discursivo?

Algumas considerações analíticas

Tendo em vista que toda formulação é passível de ser deslocada de um domínio de saber a outro e ser re-significada, interessa-nos compreender como se estabelece explicitamente os mecanismos de retomada e reformulação de uma definição ao ser deslocada entre diferentes domínios de saber. Partindo do pressuposto de que, segundo Orlandi (2005 [1999]), o trabalho do analista é explicitar os mecanismos de funcionamento do discurso para compreender a produção dos sentidos, pode-se, por meio da noção de efeito metafórico, distinguir que gestos de interpretação estão constituindo os sentidos. Pêcheux (1997 [1969], p. 96 [grifos do autor]) chama de “efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y”. Esse dispositivo analítico permite ao analista descrever a passagem de uma formulação a outra, apontando os deslizamentos de sentido determinados por gestos interpretativos. Entretanto, é preciso destacar que a passagem de uma formulação a outra não se dá apenas por uma única substituição, e sim que as formulações se ligam umas as outras por uma série de efeitos metafóricos. Além disso, uma formulação não se sobrepõe a outra de forma paralela, na medida em que “o paralelismo é paulatinamente rompido pelas distorções ‘individuais’ do discurso, que parece assim ‘escapar’ ao processo de produção, por uma ‘criação infinita’ uma ‘variedade sem limites’ que seria próprio da fala” (PÊCHEUX (1997 [1969]), p. 104 [grifos do autor]). Desse modo, dado que um determinado discurso não apresenta uma forma linguística material que lhe assegure uma unidade, toda formulação remete a uma série de formulações possíveis que lhe são semelhantes semanticamente. Por meio de sucessivos efeitos metafóricos, uma dada formulação-origem é sucessivamente retomada e parafraseada até chegar-se a uma formulação que já não guarda elementos da formulação-origem, restando destes somente os ecos.

Mobilizamos o conceito de recorte tal como propõe Orlandi (1984, p. 14), para designar uma unidade discursiva, isto é, “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. O recorte está vinculado à definição de texto como o todo em que se organizam os recortes. Nesse sentido, a autora distingue recortar de segmentar, principalmente quanto ao aspecto sintático, na medida em que o conceito de recorte estabelece uma relação das partes com o todo que constitui o texto, de forma que a sua organização não segue o esquema sintático da segmentação da frase em Sujeito-Verbo-Objeto. A relação dos recortes entre si se estabelece de forma não linear e não organizada previamente, e as retomadas e repetições não seguem esse esquema. No exemplo dado pela autora (X: Maria apanha do marido; Y: As mulheres vão ter de lutar muito para mudar um pouco essa herança histórica) para ilustrar a não-linearidade do processo discursivo, Orlandi (1984, p. 14) questiona não só a linearidade, mas também o processo de retomada e reformulação, que não se dá de palavra por palavra, nem de forma paralela.

No presente trabalho, interessa-nos compreender como se constitui esse processo de retomada e reformulação, considerando o *corpus* da nossa pesquisa que é formado por quatro definições atribuídas à designação “sintagma”. Tais recortes estão inscritos em situações distintas e estão associados uns aos outros por um mecanismo linguísticos de retomada e reformulação, constituindo, desse modo, uma rede de formulações. O critério para a constituição do *corpus* foi definido a partir dos próprios recortes, que apresentam

marcas linguísticas que remetem a formulações que lhes são precedentes. O primeiro recorte, a definição de “sintagma” atribuída por Celso Pedro Luft (1976), foi o ponto de partida para a seleção dos demais recortes e também para a elaboração da nossa questão de pesquisa: o que faz com que uma definição pareça ser evidente, dissimulando o gesto interpretativo do sujeito que define e projetando uma imagem de que tal saber é indiferente à história e às condições de produção? Partindo de tal questionamento, nosso estudo esteve voltado para a compreensão de como se constitui o gesto interpretativo do sujeito ao definir, pois, da perspectiva na qual nos filiamos, entendemos que não há saber que não esteja inscrito na história e que todo saber é produzido por um sujeito, que não pode se projetar para fora nem da língua nem da história.

Organizamos os recortes que constituem o *corpus* da nossa pesquisa no quadro a seguir:

COURS DE LINGUISTIQUE GÉNÉRALE (1997 [1916]) – FERDINAND DE SAUSSURE
D’une part, dans le discours, les mots contractent entre eux, en vertu de leur enchaînement, des rapports fondés sur le caractère lineaire de la langue, qui exclut la possibilité de prononcer deux éléments, à la fois (voir p. 103). Ceux-ci se rangent les uns à la suite des autres sur la chaîne de la parole. Ces combinaisons qui ont pour support l’étendue peuvent être appelées syntagmes. Le syntagme se compose donc toujours de deux ou plusieurs unités consécutives (par exemple: re-lire; contre tous; la vie humaine; Dieu est bon; s’il fait beau temps, nous sortirons; etc.) (SAUSSURE, 1997 [1916], p. 170 [grifos do autor]).
DICIONÁRIO DE FILOLOGIA E GRAMÁTICA (1964) – JOAQUIM MATTOSO CÂMARA JR.
SINTAGMA – Termo estabelecido por Saussure (1922, 170) para designar a combinação de formas mínimas numa unidade linguística superior. De acordo com o espírito da definição, implícita em Saussure, entende-se hoje por sintagma um conjugado binário (duas formas combinadas), em que um elemento DETERMINANTE cria um elo de subordinação (v.) com outro elemento, que é DETERMINADO (MATTOSO CÂMARA, 1964, p. 322 [grifos do autor]).
DICIONÁRIO GRAMATICAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (1967) – CELSO PEDRO LUFT
Sintagma – Combinação binária de formas linguísticas em que um elemento principal ou <i>determinado</i> (v.) é modificado por um elemento secundário, subordinado ou <i>determinante</i> (v.) [...] (Cf. DFG, 1964, s.v. Sintagma) (LUFT, 1967, p. 150 [grifos do autor]).
MODERNA GRAMÁTICA BRASILEIRA (1976) – CELSO PEDRO LUFT
Sintagma é qualquer constituinte imediato da oração, exercendo função de sujeito, complemento, predicativo, adjunto adverbial. Tanto pode ser uma palavra só como mais de uma palavra (LUFT, 1976, p. 13).

Tendo como pressuposto de que todo saber repousa sob uma esteira de outros saberes e que também projeta um horizonte de projeção, a nossa proposta de análise foi desenvolvida a partir da formulação-origem saussuriana que pode ser considerada como um núcleo de onde se irradiam muitas outras formulações. Desse modo, entendemos que a produção do conhecimento não se constitui de uma forma linear, nem os dizeres são projetados um após o outro, pois o acaso do discurso e a simultaneidade dos acontecimentos não permitem traçar uma história única e linear. A partir da definição saussuriana de

“sintagma” definimos um percurso de retomada dessa definição que projeta um horizonte de projeção e que a cada definição também projeta um horizonte de retrospectção.

A constante remissão à definição de “sintagma” atribuída por Saussure deve-se ao fato de que o mestre genebriano é apontado como aquele que introduziu essa designação nos estudos da linguagem com um caráter conceitual (ARRIVÉ, 2010). A ampla repercussão do *Curso de Linguística Geral* e a importância que os estudos saussurianos tiveram não só para a Linguística, mas também para as ciências humanas, contribuíram para que alguns conceitos se propagassem para além dos estudos linguísticos. A designação “sintagma”, por exemplo, foi constantemente retomada, tanto por linguistas europeus como americanos, e também ressignificada à medida que circulava por diversas filiações teóricas. Sobretudo, as acepções atribuídas a essa designação por diferentes linguistas ganharam sentidos cada vez mais específicos, distanciando-se da definição dada por Saussure.

Traduzido para várias línguas, como por exemplo, japonês, russo, alemão, espanhol, etc, a tradução portuguesa do CLG chega ao Brasil somente em 1970, quando a Linguística já havia se consolidado enquanto disciplina. Quem contribuiu para divulgar os estudos saussurianos no Brasil foi Joaquim Mattoso Câmara Júnior, linguista cujos estudos ajudaram a consolidar a pesquisa sobre a língua no/do Brasil. Na obra *Dicionário de Filologia e Gramática* (1964), Mattoso Câmara, no verbete “sintagma”, aponta que se trata de um termo estabelecido por Saussure, o que remete a um dado campo de saber, em uma dada conjuntura, que o faz significar de uma forma e não de outra. Dessa forma, “termo estabelecido por Saussure...” remete também a um dado gesto interpretativo, isto é, trata-se de uma definição legitimada que repousa sobre uma interpretação de um sujeito identificável e que ecoa no interdiscurso como um saber legitimado que é constantemente atualizado no fio do discurso. Mas é preciso destacar também que a definição saussuriana nos é dada via Mattoso Câmara, isto é, por não se tratar de uma citação direta, o que se sabe da definição atribuída por Saussure é aquilo que Mattoso Câmara diz que Saussure diz. Desse modo, trata-se de um jogo de dizeres que carregam gestos interpretativos que são da ordem da subjetividade daquele que define.

No mesmo verbete, após apresentar aquilo que parece ser a definição canônica atribuída à designação “sintagma”, Mattoso Câmara apresenta uma outra definição de “sintagma” que se distancia da definição atribuída por Saussure, mas carrega ainda sentidos que remontam à formulação-origem. No enunciado “De acôrdo com o espírito da definição, implícita em Saussure, entende-se hoje por sintagma...”, Mattoso Câmara propõe um deslocamento da definição atribuída por Saussure, isto é, trata-se de uma apropriação de forma que o sujeito imprime o seu gesto interpretativo ao retomar tal designação e (re) defini-la. A indeterminação do sujeito gramatical no verbo “entender” (entende-se) não é suficiente para omitir o sujeito discursivo ou dissimular o seu gesto interpretativo, pois não há língua nem conhecimento sem sujeito. Desse modo, a indeterminação do sujeito gramatical pode ser entendida como uma tentativa de dissimular o gesto interpretativo do sujeito que define, que tenta esconder-se atrás de uma voz que vem ressoando, e, ao definir tal designação, atribui um efeito de unidade a essas vozes dispersas e um lugar de visibilidade. A definição atribuída por Mattoso Câmara adquire um lugar de legitimidade no interdiscurso, pois se trata de uma interpretação legitimada também pelo lugar que Mattoso Câmara ocupa junto aos estudos da linguagem no Brasil. Nessa medida, a definição de “sintagma” atribuída por Mattoso Câmara passa a funcionar também como uma

formulação-origem, de modo que a sua definição toma um lugar de visibilidade e passa a fazer parte do interdiscurso. Inclusive, é a definição de Mattoso Câmara que é retomada por Celso Pedro Luft ao definir “sintagma” em sua obra *Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa* (1967). Nessa obra, Luft retoma a definição de “sintagma” proposta por Mattoso Câmara por meio de paráfrase, isto é, o autor a retoma e a parafraseia fazendo com que a sua definição pareça ser o espelhamento da definição de Mattoso Câmara, o que quer dizer que não se trata de uma sobreposição, mas de algo que é projetado sobre a definição de Mattoso Câmara como se fosse o seu avesso. Trata-se de uma paráfrase que se constitui pela voz passiva, conforme explicitamos no esquema abaixo:

MATTOSO CÂMARA (1964)	conjugado binário (duas formas combinadas),	em que um elemento DETERMINANTE	cria um elo de subordinação (v.) com outro elemento,	que é DETERMINADO
	↓	↓	↓	↓
LUFT (1967)	Combinação binária de formas lingüísticas	em que um elemento principal ou <i>determinado</i> (v.)	é modificado por um elemento secundário,	subordinado ou <i>determinante</i> (v.) [...]

Em sua definição, Luft dá ênfase ao núcleo do “sintagma”, elemento principal que é modificado por um segundo elemento. É preciso destacar ainda que Luft (1967), ao retomar o verbete de Mattoso Câmara (1964), exclui o primeiro enunciado que remete à definição atribuída à designação “sintagma” por Saussure: “Térmo estabelecido por Saussure (1922, p.170) para designar a combinação de formas mínimas numa unidade lingüística superior”. Desse modo, o que está sendo retomada é a (re)definição de Mattoso Câmara (1964), constituída a partir da formulação de Saussure e, nesse sentido, a definição de Luft (1967) distancia-se da formulação-origem saussuriana, fazendo ecoar a reformulação da formulação-origem.

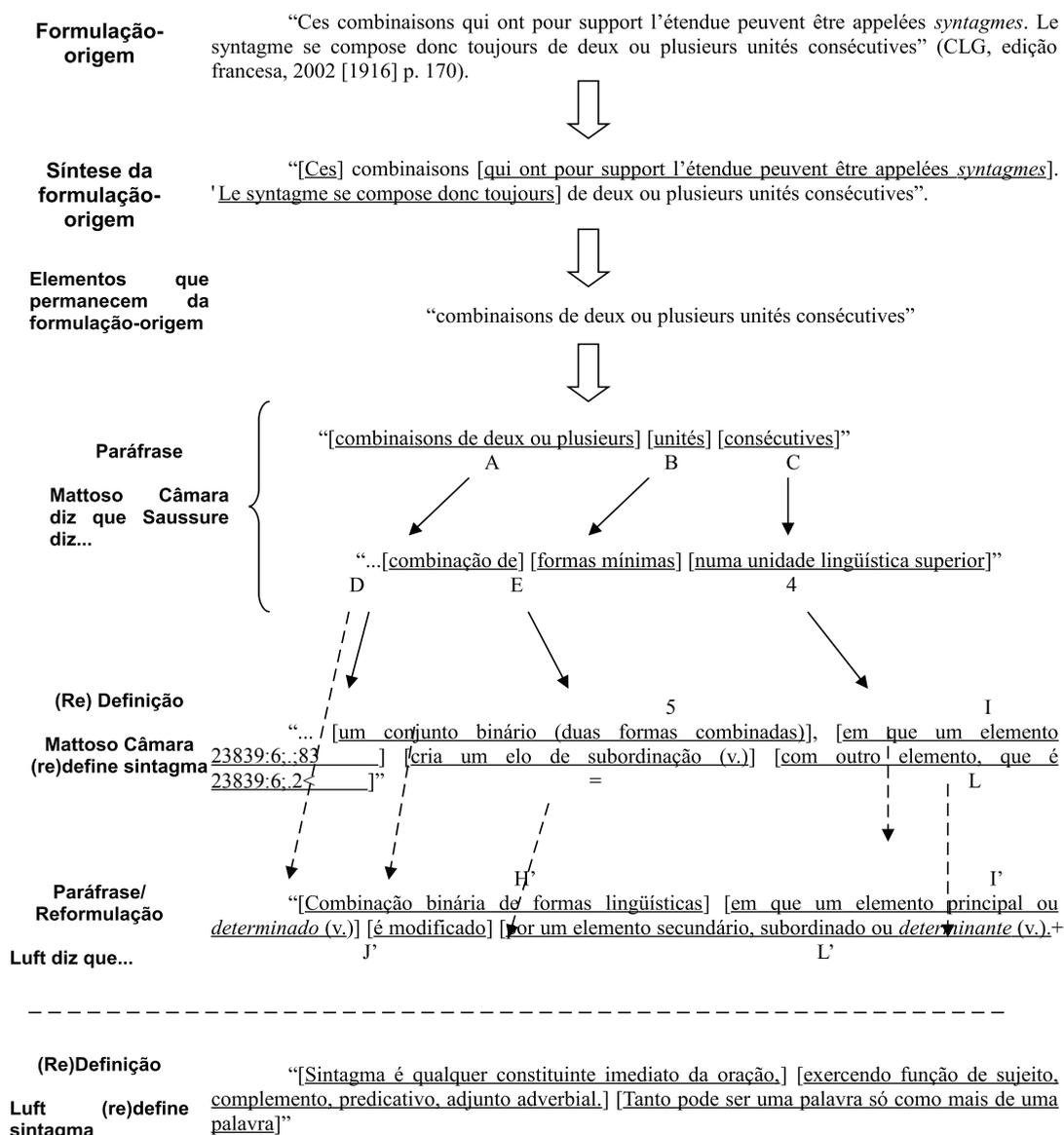
Em outra situação discursiva, Luft apresenta uma outra definição de “sintagma” que se distancia daquela apresentada no *Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa* e também das demais definições apresentadas nesse trabalho. Na obra *Moderna Gramática Brasileira* (1976), a definição de “sintagma” por Luft não remete às relações de determinação estabelecidas entre os elementos que constituem o “sintagma”. Além disso, reforça que o “sintagma” “tanto pode ser uma palavra só como mais de uma palavra” (LUFT, 1976, p. 13). Tal definição não remete às definições anteriores, mas aponta para o fato de que essa designação pode ter seguido um outro percurso que não mais aquele calcado em uma perspectiva saussuriana ao longo do período que separa a publicação do *Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa* (1967) e a *Moderna Gramática Brasileira* (1976). Nessa medida, a definição atribuída a essa designação por Luft está pautada em um efeito de descontinuidade que simula um apagamento dos dizeres que a determinaram, de tal modo que funciona sob o efeito da autonomia. Tem-se uma retomada de um saber inscrito no domínio da memória, mas ficam somente os ecos, como vozes sem nome. À medida que uma dada formulação-origem vai sendo retomada, apagam-se as marcas do discurso relatado, e tal formulação se torna tão recorrente que passa a fazer parte de um já sabido. Diante de uma afirmação tão evidente, o sujeito é interpelado por uma sobreposição do

sujeito ideológico e é chamado a juntar-se ao “todo mundo sabe que...”, “todo mundo sabe o que é um sintagma”.

Desse modo, ao retomar dizeres outros, as fronteiras que delimitam o fechamento da gramática tornam-se cada vez mais instáveis, fazendo ressoar o interdiscurso de outros domínios de saber que ecoam do interior da gramática como uma voz dissidente. Tendo em vista que as palavras não são do sujeito e que nem mesmo o próprio sujeito tem controle absoluto sobre aquilo que diz e escreve, ninguém pode pensar do lugar de quem que seja.

Por fim, tendo em vista a nossa proposta de estudo, a seguir explicitamos, por meio de um esquema, o percurso de deslocamento da definição atribuída à designação “sintagma”, destacando os mecanismos de retomada e (re)definição a fim de compreender como se estabelece o funcionamento discursivo e o deslizamento de uma formulação a outra, investigando os gestos de interpretação que estão constituindo os sentidos. Eis o esquema:

Efeitos metafóricos



Com esse esquema procuramos ilustrar, a partir da noção de efeito metafórico, os deslizamentos de sentidos a partir do movimento de retomada e reformulação, bem como a historicidade da produção do conhecimento, pois, segundo Orlandi (2007 [1996], p. 81), “esse deslize, próprio da ordem do simbólico, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade”. Nesse sentido, entendemos que cada uma dessas definições que constituem essa rede de formulações é uma formulação singular que assegura o gesto interpretativo do sujeito que define. O movimento de retomada aponta para o fato de que não há produção do conhecimento que não esteja inscrita na história.

Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi contestar a pretensão de completude e de universalidade da definição cuja forma inequívoca produz um efeito de que não há espaço para a interpretação, nem do sujeito que define nem do sujeito que lê. A forma da definição produz um efeito de que o sujeito é exterior ao saber, de que tal definição é neutra em relação a qualquer gesto interpretativo ou interferência histórica e ideológica e que, portanto, tal definição guarda a verdade. O efeito de verdade da definição se sustenta pela forma como é retomada, como se fosse uma expressão cristalizada associada a um sujeito identificável.

A ilusão de neutralidade do sujeito em relação à definição projeta um efeito de que o sujeito é exterior à linguagem e que ele pode manipulá-la. Nesse sentido, ao definir, o sujeito é individualizado, dando visibilidade ao seu gesto interpretativo por meio de uma formulação que o expõe e o responsabiliza por aquilo que diz e escreve. A partir da forma como entendemos a definição, pressupomos que a função-autor é intrínseca à definição, na medida em que se trata de uma formulação singular que expõe um gesto interpretativo, dando à visibilidade ao sujeito que define.

Desse modo, o objetivo do nosso trabalho não era chegar à definição “verdadeira” atribuída à designação “sintagma”, nem questionar se as definições posteriores estavam de acordo ou não com a formulação-origem saussuriana. Isso seria desautorizar as formulações posteriores ou reduzi-las a uma mera repetição, o que seria uma contradição em relação à posição teórica que assumimos, pois “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’” (PÊCHEUX, 2009 [1988], p. 281). Ao tomarmos inicialmente a definição de “sintagma” atribuída por Luft na gramática, nosso objetivo era investigar como se constitui os efeitos de evidência que permeiam a definição, bem como a constituição do sujeito na definição, apesar de sua pretensão de neutralidade.

Ao colocar à prova a evidência da definição atribuída à designação “sintagma”, tendo como pressuposto que todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, remetemos tal definição a uma outra definição de “sintagma”, também atribuída por Luft. Confirmado o nosso pressuposto, entretanto não havia marcas linguísticas que permitissem relacionar uma formulação a outra, e é, a partir da segunda formulação (a do *Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa*, 1967), que começa a se constituir uma rede de formulações que remetem a uma formulação-origem. A partir da reconstituição dessa rede parafrástica, procuramos mostrar como os sentidos se constituem na história, isto é, mostrar a historicidade do processo discursivo para compreender os gestos interpretativos que determinam a produção dos sentidos.

REFERÊNCIAS

- ARRIVÉ, Michel. (2007). *Em busca de Ferdinand de Saussure*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. [Título original: *À la recherche de Ferdinand de Saussure*. Paris: PUF (Formes Sémiotiques)].
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- CARRETER, Fernando Lazaro. *Diccionario de términos filológicos*. Madrid: Gredos, 1990.
- COSTA, Maria Iraci S. *A definição atribuída à designação “sintagma”*: deslocamento e efeitos de sentido. 2012. Dissertação (Mestrado) – PPGL, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.
- COURTINE, Jean Jacques. O chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Traduzido por Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999. p. 15-22.
- _____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Traduzido por Cristina de Campos Velho Birck. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- LUFT, Celso Pedro Luft. *Moderna Gramática Brasileira*. Porto Alegre, RS: Globo, 1976.
- _____. *Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa*. Porto Alegre, RS: Globo, 1967.
- MATTOSO CÂMARA JR, Joaquim. *Dicionário de Filologia e Gramática – referente à Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.
- ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar. *Série Estudos*, Faculdades Integradas de Uberaba (Linguística: Questões e Controvérsias), n. 10, p. 9-26, 1984.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- _____; GUIMARÃES, Eduardo. Unidade e dispersão: uma questão do texto do sujeito. In: ORLANDI, Eni P. *Discurso e Leitura*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 53-73.
- _____. Autoria e Interpretação. In: _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2007. p. 63-78.
- PAVEL, Thomas. *A miragem linguística: ensaio sobre a modernização intelectual*. Tradução de Eni Orlandi, Pedro de Souza e Selene S. Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Traduzido por Eni Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008 [1990].

_____. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). Traduzido por Bethania Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 [1990].

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Traduzido por Bethânia Mariani. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 [1994].

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de E. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009 [1988].

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística Geral*. 27. ed. Organizado e editado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 2006 [1970].

_____. *Cours de Linguistique Générale*. Édition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1997.